



□ Direito Humano à Alimentação

O Direito Humano à Alimentação

Pelo olhar dos(as) cidadãos(as)

Ficha Técnica:

Título: O Direito Humano à Alimentação pelo olhar dos(as) cidadãos(as)

Autores: Conselho Nacional de Cidadãos/ãs da EAPN Portugal
Maria José Vicente

Edição: EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368
4200-218 Porto
Tel. 225 420 800
E-mail: geral@eapn.pt

Design gráfico: Augusto Pires / makeup design©

Fotografia da capa: Juan Pedro Gomes©

Data de edição: 2022

ISBN: 978-989-8304-89-6

“O direito (à alimentação) intimamente ligado ao direito à vida, é considerado uma norma absoluta, o nível mínimo que deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente do grau de desenvolvimento alcançado”.

Cadernos de Trabalho sobre o Direito à Alimentação
FAO - Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura

Porquê?

“O Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas realiza-se quando as pessoas, adultas ou crianças, sozinhas ou em comunidade, têm acesso regular e permanente à alimentação, ou aos meios para a sua obtenção, em quantidade suficiente e qualidade adequada, em função dos seus padrões culturais, e que assegure uma vida digna, livre de medo, e plena a nível físico, mental, individual e coletivo.”

(Portal Dhana.pt¹ Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas)

A mobilização para a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social tem vindo a ocupar, já há alguns anos, um papel relevante na intervenção da Organização. A participação e o envolvimento dos/as próprios/as cidadãos/ãs surgem como oportunidades de se fazerem ouvir e de participarem ativamente com a EAPN Portugal e a sociedade em geral na luta contra a pobreza e a exclusão social. Esta intervenção materializa-se através do trabalho desenvolvido pelos Conselhos Locais de Cidadãos², que reflete as preocupações, as necessidades, as ideias e as sugestões de melhoria que os cidadãos vivenciam no âmbito da ação de luta contra a pobreza.

Face ao contexto atual, o Conselho Nacional de Cidadãos/as³ considerou pertinente dedicar uma parte da sua atenção à reflexão sobre o Direito à Alimentação e Nutrição Adequadas. Temos consciência da importância do acesso a uma alimentação adequada mas este direito não é reconhecido de forma explícita na Constituição da República Portuguesa, onde se lê que “Toda a pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis.” (art.25º). Este facto conduz a uma certa invisibilidade deste direito nos princípios orientadores das políticas existentes, assim como uma fraca expressão do mesmo no que diz respeito ao combate à pobreza alimentar, não obstante este é um direito essencial e é uma obrigação do Estado combater a fome e a privação alimentar. A alimentação assume na vida dos/as cidadãos/ãs uma grande importância pois sem o acesso regular a uma alimentação acessível, suficiente e adequada, os/as cidadãos/ãs não podem ter uma vida digna e plena.

Assim, no que diz respeito aos/as cidadãos/ãs é necessário dar voz e apostar em ações sobre literacia alimentar assegurando a sua capacidade de exigir direitos alimentares. No caso dos/as cidadãos/ãs que vivem em situação de pobreza, esta dimensão é ainda mais desconhecida e envolta em grandes estereótipos que remetem as pessoas para o lugar de meras recetoras das medidas de apoio alimentar, sem um envolvimento efetivo nas mesmas.

¹ O portal Dhana.pt é um ponto de encontro entre pessoas, organizações e entidades, para a troca de informações e ideias, para fomentar o debate público e a ação concreta para que o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequada seja uma realidade em Portugal e em todo o mundo.

² Atualmente, a EAPN Portugal dinamiza 19 conselhos locais de cidadãos/ãs. Um por cada distrito incluindo igualmente a Região Autónoma da Madeira.

³ Constituído por um representante de cada um dos conselhos locais de cidadãos/ãs.

O Direito Humano à Alimentação: pelo olhar dos/as Cidadãos/ãs pretende colmatar esta falta de envolvimento, convidando os/as cidadãos/ãs a refletir sobre o direito à alimentação e o que é necessário desenvolver para garantir este direito a todos/as, através da fotografia e com base nas suas vivências e conhecimentos. O direito à alimentação, está inerente a outros, como o direito à vida e o direito à saúde, mas é muitas vezes remetido para segundo plano. Neste sentido, esta publicação constitui uma oportunidade única para alertar a sociedade em geral e os responsáveis políticos em particular, para as questões da pobreza alimentar e para (re)definir caminhos que nos levem ao combate deste flagelo.

O compromisso da EAPN Portugal não seria coerente com as suas práticas e princípios orientadores se não contribuísse para que esse “alerta” fosse dado, fundamentalmente, na primeira voz, através da participação ativa das pessoas que vivem (nessas) situações de desfavorecimento social.

Esta publicação reúne assim um conjunto de fotografias (tiradas pelos/as próprios/as) que refletem as experiências, as vivências, as necessidades mas também os desejos de mudança dos/as cidadãos/ãs. Através da metodologia do Photovoice procurou-se dar expressão visual à(s) realidade(s) existentes promovendo a consciência social sobre a presente temática. “A fotografia, antes de tudo é um testemunho. Quando se aponta a câmara para algum objeto ou sujeito, constrói-se um significado, faz-se uma escolha, seleciona-se um tema e conta-se uma história. Cabe a nós, espectadores, o imenso desafio de lê-las.” (Ivan Lima)

Assim, convidamos os/as diversos/as leitores/as a lerem e a interpretarem as várias imagens que a publicação contempla e que contribuem no seu dia-a-dia para a garantia de acesso a uma alimentação adequada por parte de todos/as os/as cidadãos/ãs. O combate à pobreza alimentar depende de todos/as nós e por isso deve integrar uma abordagem mais ampla de luta contra a pobreza. A pobreza em Portugal foi considerada, desde 2018, como uma violação dos Direitos Humanos e por isso não podemos ser indiferentes a esta realidade, uma realidade que afeta cada vez mais os/as cidadãos/ãs, sobretudo os/as que se encontram numa situação de vulnerabilidade social.

“A alimentação disponível deve ser suficiente e nutritiva para satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, livre de substâncias nocivas e aceitável para a cultura do grupo humano ao qual o indivíduo pertence” .

Cadernos de Trabalho sobre o Direito à Alimentação
FAO - Organização das Nações Unidas Para a Alimentação e Agricultura

o que a
sociedade
pensa
sobre a

fome/
privação
alimentar?



A fome não devia existir. Quando há o agudizar das situações de privação alimentar, as pessoas não sabem o que fazer. Sentem que não está nas suas mãos resolver a questão da fome.



A sociedade é cega!

Pão e Água... não é suficiente para aplacar (= acalmar) o carenciado. É preciso mais!



Há uma parte da sociedade que acredita que desperdiçar menos, comer melhor e adotar um estilo de vida sustentável são chaves para construir um mundo sem fome e outra parte que a vê como uma parte da vida inevitável e sem solução.



“Quando a vida te dá limões, faz uma limonada”. E quando só há limões?



Impedimento Alimentar.



Em pleno século XXI a fome é uma vergonha para todos nós, desde os políticos, aos empresários ... qualquer pessoa...





Desperdício de comida por parte de escolas, instituições e restaurantes. Isto devia ser crime!



Os alimentos são mal distribuídos. Quase todas as entidades dão os mesmos alimentos.
Os cabazes alimentares são incompletos!



A sociedade está aparentemente preocupada com o aumento da fome/privação alimentar!



A sociedade tem uma visão bilateral (como um problema grave e com alguma indiferença ao sofrimento dos outros)



A sociedade aceita que a fome e a pobreza caminhem lado a lado. É um longo caminho a percorrer até que este flagelo acabe.



Um prato cheio nem sempre é sinónimo de qualidade alimentar ou ... um prato vazio simboliza a fome ou a privação de alimentos biológicos mais saudáveis.



Comer só para encher a barriga é diferente de ter uma alimentação digna.



A sociedade não acredita que há pessoas com fome!

“A alimentação humana tem sido desvirtuada pelo preconceito”.

Amílcar de Sousa

Como é
que a
sociedade
vê as
pessoas

que
vivenciam
a fome/
privação
alimentar?



Algumas pessoas são vistas com desdém e outras pessoas são vistas com pena. Há pessoas que açambarcam comida com medo de vir a ter fome. Há pessoas que sentem vergonha de não ter o que comer.

A baixa da qualidade e a remoção de alguns alimentos com o objetivo de otimizar os recursos financeiros é muito comum nas famílias de baixos rendimentos, ou seja, é um problema apenas de pessoas pobres.



Esquelético, parado, sem cabeça para pensar.



Ter uma alimentação equilibrada e diversificada para combater a obesidade e outras doenças.



SÚPLICA... já com a precária desnutrição obtida. Há que obter forças para suplicar ajuda.



Indiferença alimentar.





A fome é vergonha e uma tragédia!

As pessoas pensam que só acontece aos outros. Só existe na casa do vizinho!





A sociedade vê as pessoas a pedirem ajuda alimentar nas cantinas e recolha de cabazes e apoios à Segurança Social.

O pior é que a sociedade não vê! Existe cegueira em perceber que, cada vez existem mais pessoas sem acesso a uma alimentação digna e equilibrada.



As pessoas preocupam-se com este problema e tentam ao máximo ajudar os outros através da doação de alimentos ou até mesmo da criação de organizações/programas que tentam combater esta situação. Mas também têm preconceitos e discriminam quem passa por este problema.



A sociedade presta solidariedade mas também vê com indiferença. Esta dualidade irá sempre existir.





Grande parte das pessoas com privação alimentar tem baixos rendimentos e pouco acesso a uma alimentação de qualidade.

As pessoas que passam fome são muitas vezes ignoradas!



“ Existe Segurança Alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais ”.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

O que é
preciso
fazer para

erradicar
este
problema?



Ter mais empregos com salários justos e dignos para as famílias, como forma de prevenção da fome.



Cada vez mais pessoas são empurradas a comprar produtos baratos e menos nutritivos.
É necessário combater a pobreza e as desigualdades sociais.

Semear oportunidades, cultivar incentivos, colher dignidade.



Investimento alimentar.



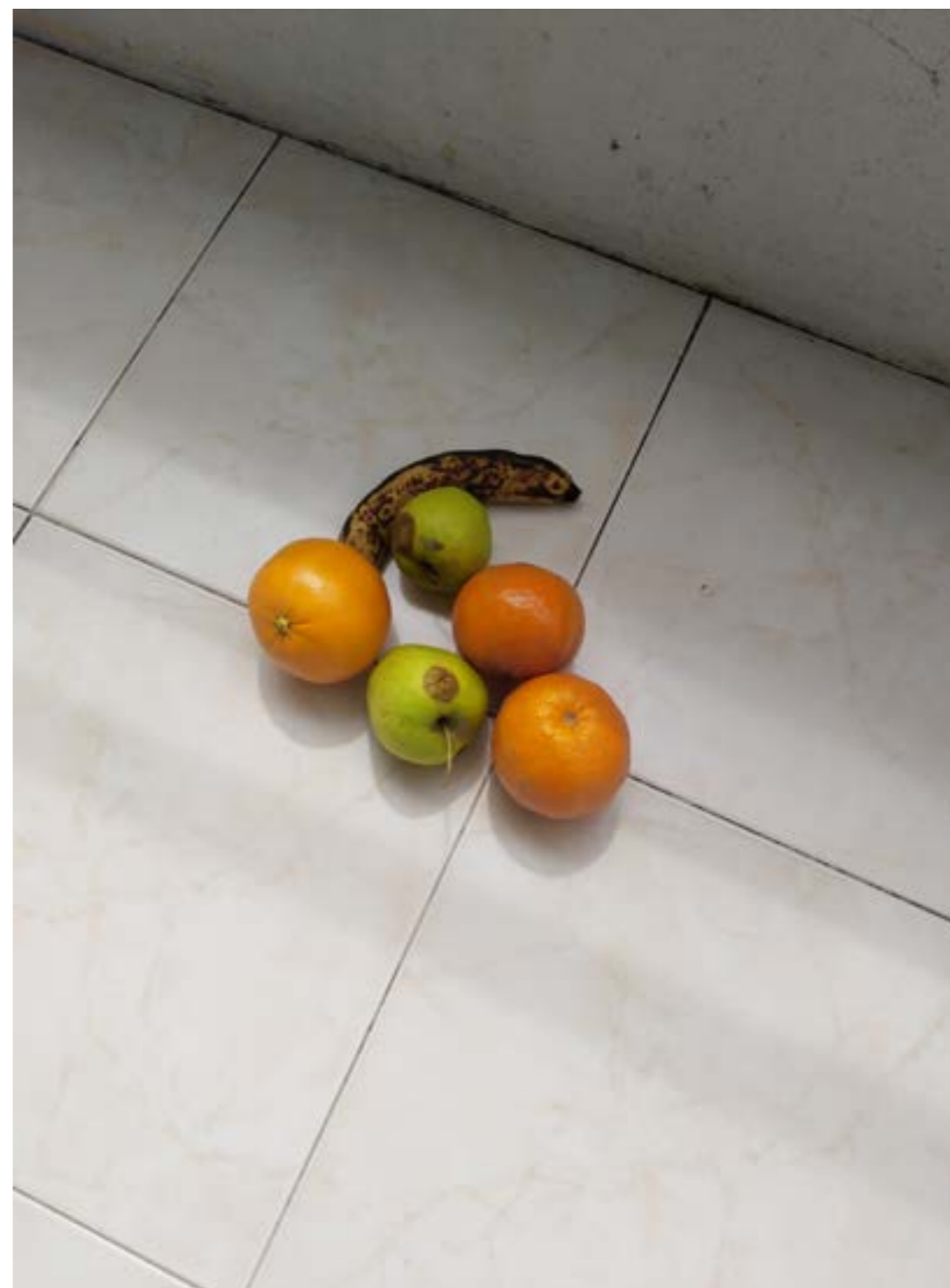


Os nossos governantes devem acreditar mais e dar mais oportunidades às pessoas.



MIGALHAS... com migalhas é seguro que não erradicaremos a Fome. Apostar na Educação, acompanhada de políticas adequadas, para que cada Ser seja independente e auto-suficiente.

Diminuir a desigualdade e o desperdício!





Somos todos iguais! É fundamental elevar a consciência para que haja cooperação.



A lei devia permitir que as instituições, os restaurantes e outros serviços pudessem ajudar as pessoas com as “sobras” e não deitar para o lixo! Pois a fome mata!



Dar às pessoas condições para terem um rendimento digno e adequado, através da criação de emprego e salários justos.



Apostar em soluções sustentáveis e a longo prazo.



Um papel forte do Parlamento com medidas muito precisas como por exemplo: evitar desperdício alimentar e ter presente os interesses económicos que prejudicam os mais desfavorecidos.



Apostar em apoios mais específicos para estimular o investimento das pessoas no desenvolvimento de práticas agrícolas e no consumo de alimentos mais biológicos.

Não há vontade de combater a fome porque quem decide não conhece essa realidade.
As pessoas têm de ser chocadas com o que significa não ter forma de se alimentar.





Cabe ao Estado promover emprego, proteção social e políticas sociais ajustadas para acabar com a fome.

EAPN 2022

